

## PARA UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA DO CONJUNTIVO

TERESA OLIVEIRA

(Escola Superior de Educação de Portalegre)

(Grupo "Gramática e Enunciação", Centro de Linguística da U.N.L.)

### 1. O estado da questão

Tradicionalmente, o estudo do conjuntivo insere-se no âmbito do modo verbal, definido como "as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao facto que enuncia" (Cunha & Cintra 1986: 378). A sua caracterização é sempre feita por contraste com o indicativo, surgindo associados a estes dois modos valores complementares, que podem ser sintetizados nas seguintes dicotomias:

A. Nível sintáctico:

(i) independente / dependente: O indicativo é preponderantemente referido como "o modo da oração principal" (Cunha & Cintra 1986: 447), enquanto o conjuntivo "denota que uma acção, ainda não realizada, é concebida como ligada a outra, expressa ou subentendida, de que depende" (idem: 464), pelo que é usado geralmente em orações subordinadas. O seu uso em orações independentes é restrito, limitando-se a frases imperativas e outras construções de carácter injuntivo, de expressão de vontade (ver Cunha & Cintra 1986: 465-466, Marques 1995: 144-147 e Fonseca 1980):

(1) Estejam calados!

(2) Seja feita a tua vontade.

(3) Tivesses estudado! (Fonseca [1980] 1994: 30)

Surge ainda em frases declarativas, mas sempre dependente da presença de certos marcadores modais, como *talvez*:

(4) Talvez tenhas razão.

F.I. Fonseca (1970: 164-165) interpreta assim o carácter de dependência deste modo verbal:

“O conjuntivo começou por estar vinculado, pelo seu significado modal, à expressão de situações reais de dependência; depois generalizou-se o seu uso como expressão da dependência linguística, que pode ou não corresponder a uma dependência real, lógica. Nos casos em que corresponde, conserva-se, em maior ou menor grau, o seu valor modal, tendo portanto o conjuntivo conteúdo significativo; nos casos em que não corresponde, é uma mera forma, esvaziada de conteúdo, que exprime uma relação sintáctica de dependência”.

Justifica-se assim a subordinação sintáctica do conjuntivo, na medida em que, “como o processo descrito pelo verbo no conjuntivo tem uma realidade apenas virtual, há a necessidade de o integrar num sintagma que lhe fixe a referência” (Marques 1995: 19).

B. Nível semântico:

(i) real / irreal: Considera-se habitualmente que o indicativo exprime “uma acção ou um estado considerados na sua realidade ou na sua certeza” (Cunha & Cintra 1986: 447), enquanto o facto expresso pelo verbo no conjuntivo é encarado “como uma coisa *incerta, duvidosa, eventual* ou, mesmo, *irreal*” (idem: 464), ou então ligado a tonalidades afectivas várias, do domínio da vontade, que vão do desejo à ordem. Mateus et al. (1989: 106) associam o uso do conjuntivo a “um estado de coisas reconhecido pelo locutor ou como *possível* ou como *contingente*”, enquanto o indicativo “aparece fundamentalmente ligado a um estado de coisas reconhecido pelo locutor como *necessário* ou com um elevado grau de probabilidade.”

Os termos da dicotomia variam entre o real e o possível, o factual e o não factual, assente, sobretudo, nos casos em que o uso do conjuntivo não é determinado por condicionalismos sintácticos, mas é opcional, permitindo a marcação desses diferentes valores:

(5) Um leão que tem fome é perigoso (Mateus et al. 1989: 290. nota 1).

(6) Um leão que tenha fome é perigoso (idem: 290).

Porém, o conjuntivo pode também surgir ligado a estados de coisas factuais, como nos seguintes casos, de que as abordagens tradicionais do conjuntivo não dão conta:

(7) Lamento que penses assim.

(8) Como é que é possível que não o tenhas visto?

(9) Tenho quem me ajude.

(ii) assertivo / não assertivo: Outra característica do conjuntivo, derivada da precedente, é o seu carácter de não assertividade. Por outras palavras, e segundo J.-P. Confais, o emprego do conjuntivo põe em causa a atribuição de um valor de verdade, deixa essa atribuição em suspenso, permitindo ao enunciador não se comprometer com essa decisão (ver Confais 1995: 334). Nesta óptica, o conjuntivo exclui os contextos declarativos. Segundo o mesmo autor, "le SUBJ sert à annuler ou à désamorcer le potentiel déclaratif de la séquence concernée, en ce sens que le locuteur ne pourrait pas utiliser cette séquence comme support d'un acte de déclaration" (idem: 337).

(iii) marcado / não marcado: Mateus et al. (1989: 107) consideram o indicativo como o modo "menos marcado quanto à expressão da atitude ou da relação que se estabelece entre locutor, alocutário e universo de referência", explicando-se assim a sua ocorrência preponderante em frases simples e em orações subordinantes. Ocorrendo predominantemente em orações subordinadas, o uso do conjuntivo está dependente da predicação efectuada na oração principal (idem: 108-109).

Tendo em conta as ocorrências do conjuntivo ligado a estados de coisas factuais, R. Marques conclui que, ao contrário daquilo que é geralmente aceite, "o indicativo é o modo marcado, associado à expressão de uma *atitude epistémica de conhecimento ou de crença*, enquanto o conjuntivo é o modo não marcado, associado a uma maior variedade de valores modais, em virtude de ser seleccionado para todos os contextos de que está excluído o indicativo" (1995: 170). Este autor sustenta que "não se encontra, portanto, um valor ou conjunto de valores específicos a que esteja associado o conjuntivo" (ibidem).

Sintetizando, a maior parte dos estudos sobre o conjuntivo cinge-se aos seus empregos mais frequentes, pelo que não consegue explicar alguns usos que fogem às regras definidas. A hipótese de que o conjuntivo seria desprovido de valores específicos, se bem que permita englobar na descrição os casos mais complexos, é no entanto teoricamente controversa. No quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de A. Culioli, nenhuma forma se caracteriza pela ausência de valores específicos. Todas as formas são marcadores de operações abstractas subjacentes. Vejamos como dentro destes pressupostos teóricos se pode construir um quadro descritivo-explicativo englobando os diferentes usos do conjuntivo.

## 2. Uma abordagem enunciativa

Torna-se necessário explicitar alguns conceitos do quadro da Teoria das

Operações Predicativas e Enunciativas, indispensáveis à descrição e explicação pretendidas. Por um lado, o de **Situação de Enunciação** (Sit). Sit representa metalinguisticamente o sistema de coordenadas enunciativas que servem de localizador referencial a um enunciado e é constituído por duas coordenadas principais: a coordenada subjectiva (S), a partir da qual se constroem a pessoa e os valores modais do enunciado, e a coordenada espaço-temporal (T). A Situação de Enunciação decompõe-se em três localizadores principais (ver, entre outros, Campos 1998: 25-26):

— um índice de acontecimento (Sit<sub>2</sub>), que é definido pelas coordenadas espaço-temporais (S<sub>2</sub> e T<sub>2</sub>) do acontecimento linguístico a que faz referência o enunciado;

— um momento de locução (Sit<sub>1</sub>), que é definido pelas coordenadas (S<sub>1</sub> e T<sub>1</sub>) do acto de locução, e que serve de localizador a Sit<sub>2</sub>:  $\langle \text{Sit}_2 \in \text{Sit}_1 \rangle^1$ ;

— uma Situação de Enunciação origem (Sit<sub>0</sub>), definida pelas coordenadas enunciativas de origem (S<sub>0</sub> e T<sub>0</sub>), que funciona como o localizador absoluto na construção do enunciado:  $\langle \text{Sit}_2 \in \text{Sit}_1 \in \text{Sit}_0 \rangle$ .

Os vários níveis de parâmetros enunciativos podem identificar-se entre si, como em *Istou aqui*. ( $\langle \text{Sit}_0 = \text{Sit}_1 = \text{Sit}_2 \rangle$ ), mas pode também haver dissociação entre eles. Da dissociação entre os vários índices subjectivos resultam diferentes valores modais. Vejam-se como exemplos:

(10) Fui ao cinema.  $\langle S_0 = S_1 = S_2 \rangle$

(11) O João foi ao cinema.  $\langle S_0 = S_1 \neq S_2 \rangle$

(12) A Ana disse que o João foi ao cinema.  $\langle S_0 \neq S_1 \neq S_2 \rangle$

Outro conceito fundamental é o de **relação predicativa**. A relação predicativa é uma relação binária, notada  $\langle \text{arb} \rangle$  ou  $\langle r \rangle$ , que resulta da lexicalização das noções abstractas que instanciam os lugares das variáveis de argumentos e da variável de operador de predicação, como por exemplo  $\langle \text{menino comer bolo} \rangle$ . Uma relação predicativa não é um enunciado, mas, simultaneamente, um conteúdo proposicional e uma forma geradora de outras formas derivadas, nomeadamente, uma família de relações predicativas ou uma família parafrástica de enunciados. A passagem da relação predicativa a enunciado envolve um conjunto de operações predicativas e enunciativas articuladas em torno da operação básica de localização abstracta. Estas operações, incidindo sobre a relação predicativa, vão determinar a sua organização sintáctica e diatética e a sua localização em relação ao sistema de coordenadas enunciativas, de que resultarão valores referenciais de pessoa, tempo, aspecto, número, modalidade e determinação em geral (ver Campos 1998: 19-25 e Correia 1998: 22-24).

O valor modal de um enunciado resulta da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro enunciativo sujeito da enunciação (S<sub>0</sub>) e

“exprime diferentes tipos — e para cada tipo diferentes graus — de relação entre o enunciador e a relação predicativa subjacente a esse enunciado” (Campos & Xavier 1991: 338). Enquanto marcador de valores modais, o conjuntivo está relacionado com o parâmetro subjectivo da enunciação e marca a forma como o sujeito enunciador assume a validação da relação predicativa. Mais precisamente, “marca que a relação predicativa não foi validada nem não-validada em Sit<sub>0</sub>. Pode ter sido construída como validável ou não-validável (*desejo que eles cheguem*, *duvido que eles cheguem*), mas pode também ter havido validação (ou não-validação) dessa relação predicativa, isto é, construção de um valor de asserção estrita, mas numa situação de enunciação distinta de Sit<sub>0</sub>” (Campos & Xavier 1991: 342), funcionando neste caso a relação predicativa como um pré-construído, por exemplo: *Lamento que tenhas perdido o ano*. Este valor do conjuntivo está presente nos vários tipos de enunciados em que este modo verbal ocorre, assumindo diversas formas, que vão da impossibilidade de S<sub>0</sub> validar ou não validar a relação predicativa em Sit<sub>0</sub> à sua recusa em fazê-lo.

Vejamos como se comporta o conjuntivo, por oposição ao indicativo, em relação a diferentes tipos de modalidade, a saber, epistémica, apreciativa e intersujeitos (ver Campos & Xavier 1991: 339-343).

### 2.1. Tipos de modalidade

**A. Modalidade epistémica:** Os valores de tipo epistémico exprimem o grau de conhecimento do enunciador em relação ao acontecimento construído, e podem ser representados sobre uma escala de valores assertivos, a cujo pólo positivo corresponde uma asserção estrita positiva ou negativa (assunção total da validação ou não-validação da relação predicativa), enquanto no pólo negativo se situa a recusa total (assunção nula), respectivamente: *O Rui chumbou / não chumbou* e, por exemplo, *Não sei se o Rui chumbou*.

“O modo indicativo marca a validação ou não-validação da relação predicativa em Sit<sub>0</sub>, isto é, a construção de um valor de asserção estrita” (Campos & Xavier 1991: 342), mas pode também surgir em enunciados que exprimem valores assertivos intermédios. Nestes casos, co-ocorre sempre com marcadores modais que bloqueiam o valor de assunção da validação da relação predicativa, reflectindo valores de incerteza:

- (13) Provavelmente / possivelmente / aparentemente, o Rui chumbou.<sup>2</sup>
- (14) Acho / penso / suspeito / desconfio que o Rui chumbou.
- (15) Se calhar, o Rui chumbou.

Por seu lado, o conjuntivo é incompatível com a assunção da validação da relação predicativa em Sit<sub>0</sub>, pelo que ocorre em construções que exprimem diversos graus de incerteza:

- (33 b) Arma-te em parvo e logo vês.  
 (3) Tivesses estudado! (Fonseca [1980] 1994: 30)  
 (3 a) Estudasses! (ibidem)

Estes quatro exemplos correspondem igualmente a variantes da implicação *se p, q* (*Se te armares em parvo, logo vês. / Se tivesses estudado, tinhas passado.*). Os enunciados em (3) exprimem uma injunção em relação ao passado, com um valor de censura (ver Fonseca [1980] 1994). Segundo F.I. Fonseca, “o acto de censura resulta, nestes empregos, de uma força ilocutória imperativa tornada inoperante e frustrada por visar a modificação de uma situação passada e, portanto, já não susceptível de ser modificada” (Fonseca [1991] 1994: 141). O conjuntivo marca, neste caso, a não-validação de uma relação predicativa numa situação enunciativa distinta de  $Sit_0$ .

### 2.3. Construção de uma distância subjectiva

Para poder considerar a totalidade das possibilidades em aberto, o sujeito enunciativo necessita de criar uma distância em relação a essas possibilidades, de forma a poder ponderá-las:

“Le concept de possible (...) se caractérise toujours par un point fondamental: il faut que vous ayez une distance, i.e. que du point de vue de ce que j'appelle le repère énonciatif, il faut un point de vue décroché par rapport au plan de l'assertion. (...) il faut que vous puissiez envisager, or envisager, c'est avoir devant soi à faire” (Culioli 1985: 83).

Ao usar o indicativo, o enunciativo compromete-se com a validação da relação predicativa, responsabiliza-se por essa validação. O conjuntivo marca, por seu lado, que o enunciativo não se compromete com a validação da relação predicativa, que se mantém a uma distância segura, que essa responsabilidade não lhe poderá ser imputada.

O indicativo tem também formas de construir uma distância modal, e, conseqüentemente, de criar uma desresponsabilização em relação ao que foi construído:

- pela dissociação entre  $S_0$  e  $S_1$ : *A Ana disse que o João saiu.*
- pela utilização do futuro e do condicional.

As formas de futuro do indicativo e de condicional são marcadores privilegiados de afastamento entre o sujeito enunciativo e a validação da relação predicativa, pelo que são amplamente utilizadas na linguagem jornalística, sempre que se quer evitar a responsabilização pelas informações veiculadas:

- (34) “No IST, 330 mil contos serão gastos em energia, água e limpeza: 87 mil em segurança; 7.442.343 em pessoal” (“Técnico deve 1,5 milhões” in *DN*, 13/05/99).

- (35) Segundo testemunhas oculares, o arguido teria confessado a sua culpa, logo após o crime.

Note-se que, em ambos os casos, não é construída uma distância temporal com valor de futuro (entende-se *serão gastos* como *são gastos* e *teria confessado* como *confessou*), mas uma distância modal.

O estudo das ocorrências do conjuntivo nas construções relativas é um domínio particularmente interessante, na medida em que o modo verbal não é seleccionado em virtude de nenhum condicionalismo sintáctico, mas surge como uma opção do sujeito enunciador, que assim marca a forma como encara a validação da relação predicativa. O conjuntivo pode alternar com o indicativo, construindo-se num e noutra caso valores diferentes:

- (5) Um leão que tem fome é perigoso (Mateus et al. 1989: 290, nota 1).  
(6) Um leão que tenha fome é perigoso (idem: 290).

Com o indicativo, o sujeito enunciador constrói e valida a existência de leões com fome, com o conjuntivo, distancia-se dessa validação, considerando-a apenas como uma possibilidade. Vejam-se as paráfrases:

- (5 a) Há leões que têm fome e esses são perigosos.  
(6 a) Um leão, se tem fome, é perigoso.

O conjuntivo surge também em orações relativas que restringem SNs específicos<sup>3</sup>, como, por exemplo:

- (36) Consegui encontrar um *canalizador* que me venha arranjar a torneira.

Apesar de a ocorrência de canalizador ser validada e ter uma interpretação específica, a relação predicativa <canalizador vir arranjar torneira> é construída como válida numa situação de enunciação distinta de Sit<sub>0</sub>, e daí o uso do conjuntivo. Veja-se a contextualização:

- (36 a) Consegui encontrar um canalizador que me venha arranjar a torneira. Vamos lá a ver se vem mesmo ou se faz como os outros.

O enunciador coloca-se num plano exterior ao da validação da relação predicativa: o canalizador pode vir, mas também pode não vir, ambas as possibilidades são encaradas. Já o indicativo modaliza a validação da relação predicativa como certa:

- (33 b) Arma-te em parvo e logo vês.  
 (3) Tivesses estudado! (Fonseca [1980] 1994: 30)  
 (3 a) Estudasses! (ibidem)

Estes quatro exemplos correspondem igualmente a variantes da implicação *se p, q* (*Se te armares em parvo, logo vês. / Se tivesses estudado, tinhas passado.*). Os enunciados em (3) exprimem uma injunção em relação ao passado, com um valor de censura (ver Fonseca [1980] 1994). Segundo F.J. Fonseca, “o acto de censura resulta, nestes empregos, de uma força ilocutória imperativa tornada inoperante e frustrada por visar a modificação de uma situação passada e, portanto, já não susceptível de ser modificada” (Fonseca [1991] 1994: 141). O conjuntivo marca, neste caso, a não-validação de uma relação predicativa numa situação enunciativa distinta de  $Sit_0$ .

### 2.3. Construção de uma distância subjectiva

Para poder considerar a totalidade das possibilidades em aberto, o sujeito enunciativo necessita de criar uma distância em relação a essas possibilidades, de forma a poder ponderá-las:

“Le concept de possible (...) se caractérise toujours par un point fondamental: il faut que vous ayez une distance, i.e. que du point de vue de ce que j'appelle le repère énonciatif, il faut un point de vue décroché par rapport au plan de l'assertion. (...) il faut que vous puissiez envisager, or envisager, c'est avoir devant soi à faire” (Culioli 1985: 83).

Ao usar o indicativo, o enunciativo compromete-se com a validação da relação predicativa, responsabiliza-se por essa validação. O conjuntivo marca, por seu lado, que o enunciativo não se compromete com a validação da relação predicativa, que se mantém a uma distância segura, que essa responsabilidade não lhe poderá ser imputada.

O indicativo tem também formas de construir uma distância modal, e, conseqüentemente, de criar uma desresponsabilização em relação ao que foi construído:

- pela dissociação entre  $S_0$  e  $S_1$ : *A Ana disse que o João saiu.*
- pela utilização do futuro e do condicional.

As formas de futuro do indicativo e de condicional são marcadores privilegiados de afastamento entre o sujeito enunciativo e a validação da relação predicativa, pelo que são amplamente utilizadas na linguagem jornalística, sempre que se quer evitar a responsabilização pelas informações veiculadas:

- (34) “No IST, 330 mil contos serão gastos em energia, água e limpeza; 87 mil em segurança; 7.442.343 em pessoal” (“Técnico deve 1,5 milhões” in *DN*, 13/05/99).



- (35) Segundo testemunhas oculares, o arguido teria confessado a sua culpa, logo após o crime.

Note-se que, em ambos os casos, não é construída uma distância temporal com valor de futuro (entende-se *serão gastos* como *são gastos e teria confessado* como *confessou*), mas uma distância modal.

O estudo das ocorrências do conjuntivo nas construções relativas é um domínio particularmente interessante, na medida em que o modo verbal não é seleccionado em virtude de nenhum condicionalismo sintáctico, mas surge como uma opção do sujeito enunciador, que assim marca a forma como encara a validação da relação predicativa. O conjuntivo pode alternar com o indicativo, construindo-se num e noutro caso valores diferentes:

- (5) Um leão que tem fome é perigoso (Mateus et al. 1989: 290, nota 1).  
 (6) Um leão que tenha fome é perigoso (idem: 290).

Com o indicativo, o sujeito enunciador constrói e valida a existência de leões com fome, com o conjuntivo, distancia-se dessa validação, considerando-a apenas como uma possibilidade. Vejam-se as paráfrases:

- (5 a) Há leões que têm fome e esses são perigosos.  
 (6 a) Um leão, se tem fome, é perigoso.

O conjuntivo surge também em orações relativas que restringem SNs específicos<sup>5</sup>, como, por exemplo:

- (36) Consegui encontrar um *canalizador* que me venha arranjar a torneira.

Apesar de a ocorrência de canalizador ser validada e ter uma interpretação específica, a relação predicativa <canalizador vir arranjar torneira> é construída como validável numa situação de enunciação distinta de Sit<sub>0</sub>, e daí o uso do conjuntivo. Veja-se a contextualização:

- (36 a) Consegui encontrar um canalizador que me venha arranjar a torneira. Vamos lá a ver se vem mesmo ou se faz como os outros.

O enunciador coloca-se num plano exterior ao da validação da relação predicativa: o canalizador pode vir, mas também pode não vir, ambas as possibilidades são encaradas. Já o indicativo modaliza a validação da relação predicativa como certa:

(37) Consegui encontrar um canalizador que me vem arranjar a torneira.

Há ainda outro tipo de construções relativas em que o conjuntivo surge associado a SNs cuja existência é construída em Sit<sub>0</sub>, nomeadamente as construções com *quem* introduzidas pelos verbos *haver* e *ter*:

(38) Há quem passe os domingos a trabalhar.

(39) Tenho quem trabalhe por mim.

Estes enunciados co-ocorrem na língua com outros semelhantes, com um N lexicalizado (*pessoa(s)*, *gente* ou outro, caracterizado, tal como *quem*, pelo traço [+ humano]) e o verbo no indicativo:

(40) Há pessoas que passam os domingos a trabalhar.

(41) Tenho uma pessoa que trabalha por mim.

Comparando os dois tipos de construções<sup>1</sup>, vemos que o uso de *quem* é preferencialmente seleccionado quando se pretende dar um carácter geral à asserção, enquanto N está, geralmente, mais próximo da especificidade, ou, pelo menos, deixa latente a possibilidade, por parte do enunciador, de identificar referencialmente o ou os indivíduos em questão.

Estas construções comportam um distanciamento entre o enunciador e a validação da relação predicativa, visto que o enunciador rejeita a possibilidade de identificar referencialmente o sujeito da relativa. Em construções com antecedente expresso, o enunciador compromete-se com a identificação do referente de N. Note-se que qualquer especificação individualizadora só se mostra aceitável nestas construções: a retoma anafórica de *quem* parece sempre pouco natural:

(42 a) Tenho uma pessoa que me ouve, quando preciso de desabafar, que é a Paula.

(42 b) \*Tenho quem me oiça, quando preciso de desabafar, que é a Paula.

(43 a) Tenho uma pessoa que me passa a roupa a ferro. Posso recomendartá.

(43 b) \*Tenho quem me passe a roupa a ferro. Posso recomendartá.

O conjuntivo funciona, assim, sempre como um marcador de distanciamento entre o enunciador e a validação da relação predicativa, quer esse distanciamento reflecta a aceitação de diferentes possibilidades, quer marque uma recusa consciente do enunciador em se comprometer com essa mesma validação.

**Notas**

- 1 <X  $\in$  Y> lê-se “X está localizado em relação a Y”.
- 2 Sobre a manipulação destes advérbios, ver Marques 1995: 146-147.
- 3 Note-se que, por não permitir a construção de uma asserção em Sit<sub>0</sub>, o conjuntivo está interdito nas orações relativas apositivas.
- 4 Para uma análise detalhada destas construções, ver Oliveira (no prelo).

**Referências bibliográficas**

- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa (1998), *‘Dever’ e ‘poder’. Um subsistema modal do Português*, Lisboa, FCG/JNICT.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa; Maria Francisca Xavier (1991), *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Univ. Aberta.
- CONFAIS, Jean-Paul (1995), *Temps, mode, aspect*, 2<sup>e</sup> édition revue et augmentée, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- CORREIA, Clara Nunes (1998), *Quantificação-qualificação em sintagmas nominais*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH/UNL.
- CULIOLI, Antoine (1985), *Notes du Séminaire de D.E.A. 1983-1984*, Poitiers, D.R.I./Univ. Paris 7.
- CUNHA, Celso; Luís Filipe Lindley Cintra (1986), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 3<sup>a</sup> ed., Lisboa, Ed. J. Sá da Costa.
- FONSECA, Fernanda Irene (1970), *Para o estudo dos valores do conjuntivo em português moderno*, Dissertação de Licenciatura, Coimbra.
- FONSECA, Fernanda Irene (1980), “Subjonctif et impératif – une contribution à l’étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l’ORDRE, du REGRET et du REPROCHE” in FONSECA 1994: 29-36.
- FONSECA, Fernanda Irene (1991), “Gramática e Pragmática: alguns aspectos do uso do conjuntivo perspectivados no quadro do ensino do Português como língua estrangeira” in FONSECA 1994: 133-145.
- FONSECA, Fernanda Irene (1994), *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora.
- MARQUES, Rui Ribeiro (1995), *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL.
- MATEUS, Maria Helena Mira; Ana Maria Brito; Inês Duarte; Isabel Hub Faria (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*, 3<sup>a</sup> ed., Lisboa, Ed. Caminho.
- MELLET, Sylvie (1992), “L’alternance ‘ne/non’ en latin classique”, *L’information grammaticale* 55, Paris, Ed. Baillièere, 28-32.

OLIVEIRA, Teresa (no prelo), "O conjuntivo nas construções relativas com valor referencial" in E. Gärtner, C. Hundt & A. Schönberger (eds.), *Estudos de gramática portuguesa (I)* (Actas do Colóquio Internacional 'A investigação do Português na África, América, Ásia e Europa: balanço crítico e discussão do ponto actual das investigações', Berlin, Ibero-Amerikanisches Institut, Preussischer Kulturbesitz, Março 1998), Biblioteca luso-brasileira, Frankfurt am Main, TFM.